



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88.040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (048) 3721-8317 – FAX: (048) 3721-9212
www.segesp.ufsc.br/concurso

EDITAL N° 143/DDP/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A DIRETORA EM EXERCÍCIO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (DDP) DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEGESP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, torna pública a **retificação do Anexo II do Edital n° 142/DDP/2015**, referente aos Conteúdos programáticos – Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos para os cargos de Contador e Médico/Medicina do Trabalho, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA (PARA AMBOS OS CARGOS): Compreensão e interpretação de textos: ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais. Coesão e coerência textual. Vocabulário: sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação. Aspectos gramaticais: concordância e regência verbal e nominal; emprego de pronomes; funcionamento de diferentes recursos gramaticais no texto (níveis morfológico, sintático e semântico); pontuação. Gêneros textuais: formas e funções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

MÉDICO/MEDICINA DO TRABALHO: Vigilância em Saúde do Trabalhador e conhecimentos sobre estatística, epidemiologia, higiene do trabalho, toxicologia ocupacional, fisiologia do trabalho. Legislação atualizada em Saúde do Trabalhador elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Ministério do Planejamento (Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal – SIASS), Ministério da Saúde e Conselho Federal de Medicina. CLT e Normas Regulamentadoras atualizadas. Gestão em Saúde do Trabalhador e meio ambiente. Imunizações de interesse ocupacional. Promoção de saúde no ambiente laboral. Doenças profissionais e relacionadas ao trabalho: história natural, epidemiologia, fisiopatologia, clínica, diagnóstico, tratamento e prevenção. Riscos ambientais e/ou ocupacionais e seus potenciais danos à saúde humana. Psicopatologia do trabalho (sofrimento psíquico, abuso de álcool e drogas, Síndrome de Burnout, assédio moral). Noções de nanociência e nanotecnologia. Ergonomia e melhoria das condições de trabalho. Acidentes de trabalho: definições e prevenção. Trabalho noturno e em turnos. Enquadramento e acompanhamento laboral de pessoas com deficiência. Acompanhamento a portadores de doença crônica no ambiente de trabalho. Avaliação de capacidade laborativa nos processos de reabilitação profissional. Avaliação da compatibilidade entre a deficiência física e a natureza das atividades a serem exercidas pelo trabalhador. Nexo causal: conceito, critérios para seu estabelecimento e importância do seu uso.

CONTADOR: 1. ORÇAMENTO, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE PÚBLICA: Orçamento Público: características do orçamento tradicional, do orçamento-programa e do orçamento de desempenho. Princípios orçamentários. Processo orçamentário: plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual. Orçamento fiscal e de seguridade social. Orçamento na Constituição Federal de 1988. Conceituação e classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. Execução da receita e da despesa orçamentária. Créditos Adicionais. Instrução Normativa STN nº. 01, de 15 de janeiro de 1997 e alterações posteriores. Procedimentos de retenção de impostos e contribuições federais. Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores. Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15 de dezembro de 2004 e alterações posteriores. Contabilidade Pública: Conceito, objeto, objetivo, campo de atuação. Resolução CFC nº 1.111, de 29/11/07 – apresenta interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a ótica do setor público. Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas. Fluxo e contabilização da movimentação orçamentária e extra-orçamentária. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (5ª e 6ª edições). Plano de Contas do Governo Federal: conceito; estrutura básica: ativo, passivo, despesa, receita, resultado diminutivo, resultado aumentativo, estrutura das contas, características das contas. Contabilização dos principais fatos contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos, liberação financeira, realização da receita e despesa. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais; Noções de SIAFI – Sistema de Administração Financeira da Administração Pública Federal. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores. Portaria do Ministério de Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999 – atualiza a discriminação da despesa por funções. Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da STN/SOF. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). 2. **CONTABILIDADE GERAL:** Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução CFC nº. 750/93, atualizada pela Resolução nº 1282/10). Patrimônio: Componentes Patrimoniais – Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Contas patrimoniais e de resultado. Teorias, funções e estrutura das contas. Operações contábeis: lançamento e escrituração de entidades com fins lucrativos. Análise e interpretação das demonstrações contábeis. Demonstrações contábeis conforme a Lei 6.404/76, atualizada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09: Demonstração do Resultado do Exercício; Balanço Patrimonial; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. 3. **TÉCNICAS DE CONTROLE:** Normas relativas ao controle interno administrativo. Instrução Normativa SFC/MF nº 01, de 06 de abril de 2001 e Instruções Normativas Posteriores emitidas pela CGU; Controle Interno – SCI: Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e alterações posteriores.